

2 Santo Agostinho e a Política

No decurso deste capítulo, será apresentado o conceito agostiniano de política. Na visão do pastor hiponense, a atividade política é algo fundamental para que haja na sociedade a tranqüilidade e a ordem. Através do exercício correto do poder, os governantes poderão prestar a todos um excelente serviço voltado para o bem comum. Contudo, a função política para Santo Agostinho não deve se limitar a resolver apenas problemas de cunho material. Como o ser humano é um todo, ela deve se esforçar para proporcionar aos cidadãos da pátria terrena condições para a prática do culto ao Deus verdadeiro. Do contrário nunca atingirá com autenticidade a concórdia social. Onde Deus não está presente a paz temporal torna-se impossível. Veremos também que a ética agostiniana se fundamenta no amor de Deus. Ela encontra sua verdadeira razão de ser, na prática do preceito evangélico “*Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo*”.

2.1 O Conceito Agostiniano de Política

2.1.1 O Fundamento da Política Agostiniana

Como mencionei no capítulo anterior, a *Cidade de Deus* não é um tratado especificamente voltado para a função da política.

Contudo, nela o santo doutor de Hipona lança algumas luzes sobre a origem e a finalidade da política no seio da sociedade humana. O pensamento político de Santo Agostinho foi forjado num tempo de crises tendo como referência duas tradições: a da cultura greco-romana e das Escrituras Judaico-Cristãs.¹ Como se sabe Agostinho bebeu nas fontes de Platão de onde certamente contemplou, depois tirou a imagem de uma *Cidade Ideal*. Mas Santo Agostinho era profundo conhecedor e admirador da história da *Urbs* como ele demonstra nos livros III e V da *Cidade de Deus*, quando relata com uma minúcia impressionante a fundação, a sucessão dos regimes, as crises internas, as guerras, os adversários e os heróis da Roma Antiga.

¹ cf. CHÀTELET, F.; DAHAMEL, O.; PISTER, E. *Dicionário de Obras Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 20.

O pensamento Agostiniano acerca da política está permeado e fundamentado na transcendência do ser humano. Ele se articula com a Teologia sobre a qual deposita suas esperanças, pois a política, como função especificada da *Cidade Terrestre*, é importante enquanto atividade que promove a *pax romana temporalis* e ao mesmo tempo prepara ou remete para a *Cidade Celeste*.² O exercício do poder político em Agostinho, embora tenha um valor relativo, como aliás todo mundo criado, desempenha um papel importante na sociedade terrestre como meio que garante o bem comum e a segurança dos cidadãos da *Civitas Terrestre*. Estes cidadãos devem trabalhar para viver numa *tranquillitas ordinis*.³ Evidentemente que esta tranqüilidade da ordem à qual se refere Santo Agostinho na *De Civitate Dei* só será uma realidade quando o exercício da função política for fundado no verdadeiro Amor na Caritas, como denomina o próprio Santo Agostinho. Sendo, porém, uma instituição exercida por homens marcados pelo pecado, a política para ser vivida com autenticidade e justiça, necessita da graça de Cristo. Santo Agostinho enfatiza que só haverá convivência justa nas organizações sociais quando Cristo for o alicerce e o centro, inspirando e ao mesmo tempo dirigindo as ações humanas.⁴

Santo Agostinho em nenhum momento deixa de lembrar a soberania que Deus tem sobre o mundo e o homem. Quando este último reconhece e passa viver sob o Senhorio do seu Criador, as iniciativas humanas, dentre estas a política, atingirão seu fim nesta *Cidade Terrestre* e contribuirão para a felicidade dos cidadãos aqui e agora, preparando-os para a felicidade completa na *Cidade Celeste*.

Para Santo Agostinho, a política constitui uma atividade fundamental para que no seio da sociedade humana haja o bem e a paz. A função política só será corretamente vivenciada se for pautada pelo interesse dos governantes em servir e prestar culto ao verdadeiro Deus:

*“Se, por conseguinte, se rende culto ao Deus verdadeiro, servindo com sacrifícios sinceros e bons costumes, é útil que os bons reinem por muito tempo e onde quer que seja. E não o é tanto para os governados como para os governantes. Quanto a eles, a piedade e a bondade, grandes dons de Deus, lhes bastam para felicidade verdadeira, que, se merecida, permite à gente viver bem nesta vida e conseguir depois a vida eterna.”*⁵

² De Civ. Dei XIX, 12.

³ Ccf. De Civ. Dei XIV, 12.

⁴ Cf De Civ. Dei II, 21.

⁵ Cf De Civ. Dei XIX, 13.

Sem esta preocupação, é impossível que se concretize o bem comum, pois os objetivos particulares dos dirigentes políticos prevalecem sempre sobre os interesses da coletividade, ocasionando as injustiças sociais, violência, as revoltas populares etc. A esse respeito convém citar as próprias palavras do santo hiponense:

“Desterrada a justiça, que é todo reino, senão grande pirataria? E a pirataria que é, senão pequeno reino? Também é punhado de homens, rege-se pelo poderio de príncipe, liga-se por meio de pacto de sociedade... Se esse mal cresce, porque se lhe acrescentam homens perdidos, que se assenhoreiam de lugares, estabelecem esconderijos, ocupam cidades, subjagam povos, toma o nome mais autêntico de reino. Esse nome dá-lhe abertamente, não a perda cobiça, mas a impunidade acrescentada.”⁶

O santo pastor de Hipona reconhece que o exercício do poder temporal só encontrará sua verdadeira realização quando governantes e súditos se deixarem conduzir pela Bondade Divina. Para ele esse é o caminho para se tornarem participantes e irradiadores da Bondade de Deus, procurando a paz temporal ou felicidade temporal vivendo em comunhão com o Bem Supremo que é Deus. Somente nestes habitará a Verdadeira Felicidade.

2.1.2

A Finalidade da Política

Parece oportuno mencionar e citar as palavras que o Santo bispo de Hipona dirigiu ao governador da Calama, Nectário. Elas resumem tudo quanto Santo Agostinho diz sobre a arte de governar a *Cidade Terrestre*:

Também serviços prestados à pátria terrena, se fizeres com amor vero e religioso ganharás a pátria celeste [...] deste modo, proverás, de verdade, ao bem de teus concidadãos a fim de fazê-los usufruir não da falsidade dos prazeres temporais, nem da funestíssima impunidade da culpa, mas da graça da felicidade eterna. Suprimam-se todos os ídolos e todas as loucuras, convertam-se as pessoas ao culto do verdadeiro Deus e a pios e castos costumes, e então verás a tua pátria florir não segundo a falsa opinião dos estultos, mas segundo a verdade professada pelos sábios, quando esta pátria, em que nasceste para a vida mortal, será uma porção daquela pátria para a qual se nasce não com o corpo, mas pela fé, onde [...], após o inverno cheio de sofrimentos desta vida, florescerão na eternidade que não conhece ocaso [...] pois, o amor mais ordenado e mais útil pelos cidadãos consiste em levá-los ao culto do Sumo

⁶ Ibid., p. 153.

*Deus e à religião. Este é o amor verdadeiro da pátria terrestre, que te fará merecer a pátria celeste.*⁷

Destas palavras depreende-se o pensamento político de Santo Agostinho. Para ele, a função da política não se restringe apenas em proporcionar um bem-estar somente de cunho material, terreno, mas salvaguardar valores inerentes à dignidade do ser humano, pois este é transcendente e em meio às preocupações deste mundo na aquisição dos valores relativos não pode prescindir do valor absoluto: Deus único; Ele pode responder ao apelo do infinito que pulsa nos cidadãos da *Cidade Terrestre* que anseiam chegar onde se encontram aqueles que se tornaram cidadãos da *pátria celeste*.

O exercício da função política em Santo Agostinho abrange a pessoa humana inteira com seu corpo e sua alma. O pastor de Hipona delineia um caminho teológico para aqueles que se sentem chamados para exercer cargos de governo. Fá-los ver que se o fim relativo da política é garantir a ordem, a tranquilidade e o bem comum de todos os cidadãos, que são bens necessários mas não absolutos, ela deve estar ancorada em Deus, a fim de que não se descuide de promover aquela paz por excelência que só experimentam aqueles que usufruírem de Deus como indica o salmista: O meu bem é estar unido a Deus (Sl 72, 28). Esta é para o doutor de Hipona a condição essencial para que a função política atinja sua meta ultrapassando o limiar terreno e já experimentando um pouco o refrigério da *pátria celeste*. Esta realidade, o doutor da graça também deixa entrever quando diz na sua epístola ao governador macedônio da África:

*“A piedade, pois, a saber, o culto do verdadeiro Deus, é útil para tudo: ela de fato, nos ajuda a afastar ou avaliar as moléstias desta vida e nos conduz àquela vida de salvação em que não devemos mais sofrer nenhum mal, mas somente gozar do Sumo e eterno Bem”*⁸

O exercício do poder no pensamento agostiniano estará ameaçado ou mesmo fadado a destruir-se se não for sustentado pelos princípios divinos. Os que foram chamados para governar devem fazê-lo com a mente e o coração voltados para a eternidade, ou *pátria celeste*, pois no dizer de Santo Agostinho eles foram criados e constituídos por Deus.⁹ Contudo, poderão voltar-se contra Deus, o bem Supremo,

⁷ Epist. 104, 10.

⁸ Epist. 155, n. 17.

⁹ De Civ. Dei V, 1.

quando se deixam vencer pelas paixões desordenadas, passam a buscar sua própria glória e não a do Criador¹⁰. Aqui está precisamente a origem do desvirtuamento da função política, por conseguinte da arte de governar ocasionando daí a idolatria do poder, a sede de dominar e de massacrar seus semelhantes, o perigo de governar a sociedade não buscando o bem comum dos cidadãos mas o proveito pessoal. Quando Santo Agostinho dissertou sobre esses assuntos, ele tinha diante dos olhos em primeiro lugar o Império Romano que caíra devido ao obscurecimento do coração, a corrupção dos costumes e o culto aos deuses pagãos, como ele indica com minúcia no primeiro livro da *Cidade de Deus*.

As organizações políticas só terão êxito quando seus membros se conscientizarem que o bem da coletividade deve sempre prevalecer sobre interesses de grupos particulares que monopolizam a função política colocando-a apenas em vistas do bem particular. O bispo de Hipona diz claramente que não haverá concórdia de fato na sociedade humana, enquanto não houver reto exercício da arte de governar e administrar e isto só será possível quando governantes e governados adorarem, aceitarem e prestarem culto ao verdadeiro Deus. Do contrário, como declara o hiponense, o bom senso desaparecerá e virá com toda força uma torrente de vícios que comprometerá o exercício do governo.¹¹

O governante, dirigente político, deve agir de tal modo que o povo veja e perceba nele alguém que se preocupa pela sua sorte temporal e que não mede esforços por construir uma sociedade justa e fraterna. Os cidadãos devem se sentir amparados por leis e sistemas de governo que garantam uma vida social digna, com melhores condições de crescimento humano e espiritual, visando pleno desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano. Para que isso possa acontecer, faz-se necessário que Deus esteja no centro de qualquer empreendimento, no caso específico na base dos interesses políticos, como indica Santo Agostinho:

“Escolhe desde já o teu caminho, a fim de poderes ter glória verdadeira, não em ti, mas em Deus [...]. Nós te convidamos, nós te exortamos a vir a esta pátria, para que constes no número de seus cidadãos, cujo asilo é, de certo modo, a verdadeira remissão dos pecados. Não prestes ouvido aos que degeneram de ti ... É que nos tempos não buscam o repouso da vida, mas a segurança do vício. [...] Volte-te, agora, para a pátria celeste. Por ela trabalharás pouco e nela terás eterno e verdadeiro reino. Não encontrarás o fogo de veste, nem a pedra do Capitólio, mas Deus, uno e verdadeiro, que não

¹⁰ De Civ. Dei XXVIII, 1.

¹¹ De Civ. Dei V, 12 e 13.

te porá limites ao poder, nem duração a império [...]. Nela, a vitória é a verdade, a honra é a santidade, a paz é a felicidade e a vida é a eternidade. [...] Evita, por conseguinte, comunhão com os demônios, se queres chegar à cidade bem-aventurada.”¹²

Pela passagem citada, percebe-se o valor relativo da atividade política na *Cidade de Deus*. Porém, não quer dizer que ela não seja necessária e nem deva ser exercida com seriedade. Pelo contrário, ela torna-se ainda mais importante quando Santo Agostinho apresenta seu sentido social e teológico ao descrevê-la como função que deve ser exercida visando não somente o presente mas também a eternidade. No pensamento Agostiniano sobre a política, não está evidentemente expresso um desejo de que o agir humano em matéria de governo venha tornar a *Cidade Terrestre* uma cópia da *Cidade de Deus*. Isso seria um sonho utópico, não passaria de uma ficção, mesmo tendo em vista o elogio que Santo Agostinho faz aos imperadores cristãos Constantino e Teodósio.¹³ Ele sabe que o homem é um peregrino sobre a terra, a pátria terrena não suprime o desejo de felicidade plena que só será verdadeiramente preenchido na *pátria celeste*. Esse relativismo político não desvaloriza as leis e iniciativas que possam surgir na tentativa de resolver os problemas sociais da comunidade. Ao contrário, o pensamento do fim último do homem, que é a *Cidade Celeste*, deve imprimir seu sinal nas atividades políticas, evitando o amor próprio que constitui um obstáculo na realização do bem comum. A *Cidade Terrestre* contempla e tem como meta alcançar a *divina caelestisque respublica*, onde, como diz Agostinho predomina o *amor caritas*:

Não reina o amor à vontade própria e particular, mas gozo do bem comum e imutável e a obediência da caridade, que de muitos faz um só coração, ou seja, perfeita concórdia.¹⁴

A política conseguirá executar seu papel no seio da sociedade, ainda que não consiga e nem seja sua função tornar este mundo um paraíso se ancorar seus projetos sobre Deus Bem Absoluto. Para o bispo de Hipona, o exercício de dominar que significa servir na linguagem cristã só triunfará quando tiver por origem e fundamento o amor desinteressado.

¹² De Civ. Dei II, 29.

¹³ De Civ. Dei V, 25 e 26.

¹⁴ Ibid., p. 176.

2.2

A ORIGEM E A FINALIDADE DO ESTADO

2.2.1

A Definição do Estado

O Estado teve sua origem, no dizer de Santo Agostinho, quando o homem começou a viver em sociedade, pois o conceito e a finalidade do Estado está radicado no próprio homem, como o Doutor hiponense deixa transparecer: “*Uma coisa não é a ventura da cidade e outra a do homem, pois toda cidade não passa de homens que vivem unidos.*”¹⁵

Santo Agostinho, na *Cidade de Deus*, não distingue o fundamento ético do homem e do Estado. Para ele, o Estado será bom, justo e correto se os homens que o compõe forem movidos pela *Vera Justitia* que se encontra somente em Deus. Esta, segundo o hiponense, é a condição necessária para que o Estado desempenhe com eficácia sua função de salvaguardar a segurança, a paz e a concórdia dos cidadãos¹⁶. Esses atributos ou deveres do Estado podem bem ser parafraseados pela própria definição de Estado que Santo Agostinho propõe na *Cidade de Deus*: “*Uma concorde multidão de pessoas unidas entre si por um laço social.*”¹⁷

Contudo, esse agrupamento de pessoas que Santo Agostinho chama de Cidade ou Estado existe para tornar a vida dos seus cidadãos um pouco mais amena; conseguirá este intento quando estiver alicerçada em Deus, fonte inesgotável de onde promana a paz e a concórdia por excelência; em outras palavras, quando os responsáveis pelos negócios humano-administrativos respeitarem a *Ordem Divina*, o Estado cumprirá com esmero sua função; do contrário, a ordem humana será subvertida. Não é sem razão que Santo Agostinho afirma:

“*Os maus combatem pela paz dos seus e, se possível, querem submeter todos, para todos servirem a um só [...].*”

¹⁵ De Civ. Dei V, 1.

¹⁶ BIGNOTTO, Newton. O Conflito das Liberdades em Santo Agostinho. Síntese Nova fase, V. 19, n. 58, p. 3327-359, 1992.

¹⁷ De Civ. Dei X, 8.

*Odeiam a justa paz de Deus e amam a sua própria, embora injusta.*¹⁸

O pastor de Hipona, sabe por experiência própria que o homem por si mesmo não concretizará o ideal de um Estado verdadeiramente justo sem o auxílio Divino, pois cada ser humano traz consigo marca do pecado, das paixões desordenadas, do desejo de dominar e muitas vezes até colocar seus semelhantes debaixo dos pés. Como o Estado foi criado pela necessidade dos homens viverem em sociedade e se organizarem em busca do Bem Comum, ele carece incessantemente de ser iluminado pela sabedoria de Deus, pois o Estado é composto por homens e esses homens carregam a marca da concupiscência de nossos primeiros pais Adão e Eva. É evidente que o Estado só realizará plenamente os interesses de seus cidadãos quando for permeado pelos valores do Evangelho. Sem a graça de Cristo, é impossível que o Estado não se torne um tirano comprometendo a paz e a harmonia que deve existir na sociedade fundada sobre o alicerce de fé.

Santo Agostinho, na *Cidade de Deus*, assume a postura de Cipião quando este, referindo-se à República Romana, diz que ela deveria assemelhar-se a um concerto onde cada instrumento tem sua função e embora elas sejam diferentes entre si formam uma bela peça musical. Esta imagem está descrita na *De Civitate Dei*:

*“Assim como na Cítara, nas flautas, no canto e nas próprias vozes se deve guardar certa consonância de sons diferentes, sob pena de a mudança ou a discordância ferirem ouvidos educados, e tal consonância graças a combinação dos mais dessemelhantes sons, se torna concorde e congruente, assim também igual tonalidade na ordem política admitida entre as Classes alta, média e baixa suscitava o conagraçamento dos cidadãos. E aquilo que no canto os músicos chamam harmonia era na cidade a concórdia, o mais suave e estreito vínculo de coexistência em toda a república, que sem justiça, não pode em absoluto subsistir.”*¹⁹

Santo Agostinho concorda com essa visão de Governo e, com certeza, ela se estende também a qualquer tipo de Estado. É compreensível que enquanto não houver justiça não haverá Estado e nenhum sistema de governo será capaz de sustentar-se enquanto não reconhecer os direitos dos seus cidadãos e nem promovê-los. O povo não é uma massa ou uma coletividade sem rumo, sem ideais; ele é formado por pessoas que possuem direitos e deveres, sendo que é o Estado que deve regê-los procurando sempre o bem de todos.²⁰ O hiponense emite seu pensamento sobre o

¹⁸ Ibid., XIX, 12.

¹⁹ De Civ. Dei II, 21

²⁰ Ibid., p. 91

papel e a importância do Estado quando diz: “*Não se funda nem se conserva melhor um Estado do que mediante o fundamento e o vínculo da fé e da sólida concórdia, a saber, quando se ama o bem comum...*”²¹

2.2.2

Funções do Estado

A paz e o bem comum são tesouros que o Estado bem constituído deve assegurar aos cidadãos. Aliás, a paz temporal, no pensamento agostiniano, é a função primordial do Estado. Ainda que seja provisório, o bem da paz que só será definitivo na *pátria celeste*; deve ser promovido pelo Estado; embora tenha um valor relativo, não deve se excluir de almejar essa tranquilidade da ordem, resultante da paz. A função do Estado não é absoluta; ela existe enquanto realidade deste mundo terreno, porém não pode esquecer-se do destino transcendente de seus membros.²² Agostinho tem sempre claro que o homem é peregrino sobre a terra, caminha neste mundo na esperança de chegar à vida eterna. Contudo, essa visão de Santo Agostinho não tem a intenção de desviar os cidadãos da *Cidade Terrestre* dos negócios da vida presente; ao contrário, ele deseja estimular todos a viverem honestamente suas relações sociais, buscando sempre a comunhão e a partilha dos bens materiais, como ele deixa entrever:

*“A verdadeira virtude consiste, portanto, em fazer bom uso dos bens e males e em referir tudo ao fim último, que nos porá na posse da perfeita e incomparável paz.”*²³

No pensamento agostiniano, não importa a maneira do Estado conduzir os destinos materiais dos cidadãos; ela pode variar de acordo com as épocas e os lugares. O que realmente Santo Agostinho enfatiza é que todo governo deve reconhecer sua incapacidade de garantir o bem estar dos seus súditos se não se preocupar em colocar Deus na base de seus projetos humanitários. Para Agostinho, nenhum Estado cumprirá com êxito sua função enquanto não se esforçar por valorizar a dimensão espiritual da pessoa humana e ter como meta de ação o princípio cristão da caridade. Todo plano

²¹ Epist. 137, n. 1.

²² Cf. ROPS, D., A Igreja dos Tempos Bárbaros, p. 962.

²³ De Civ. Dei XIX, 10.

articulado para assegurar a justiça no seio da sociedade só atingirá grau máximo de realização pessoal e coletiva se for movido pelo Amor a Deus, Sumo-Bem, dele decorrendo o amor ao próximo. Eis o segredo do sucesso de um governo bem organizado. É o que o santo pastor expõe claramente ao longo da *Cidade de Deus*.

*“Na realidade, não importa nada a tal cidade o gênero de vida adotado por quem abraça a fé que leva a Deus, contanto que não vá de encontro aos preceitos divinos.”*²⁴

É evidente que entre esses preceitos divinos aos quais se refere Santo Agostinho, sobressai a caridade, como já citei anteriormente, pois quem ama a Deus não irá com certeza manipular e nem dominar seu próximo apenas por interesses espúrios e exclusivistas pensando apenas nas suas próprias satisfações pessoais. Um Estado composto por homens que adoram o Deus verdadeiro jamais se deixará sucumbir pelo desejo exacerbado de honrarias e privilégios. O Estado que não tem por fundamento Deus facilmente se torna um escravo do ídolo do poder. Isso Santo Agostinho descreve na sua análise histórica dos governos. Ele se serve da crítica que o historiador Salústio faz sobre as causas que levaram o Império Romano à ruína. Leiamos:

*“Depois os senadores começaram a submeter o povo ao jugo da escravidão, a dispor, à moda dos reis, da posse e da vida, a proibir-lhe a entrada no campo e a governar sozinhos o império, sem para nada contar com os demais. Oprimido por semelhantes sevícias e, de modo especial pela usura, suportando, entre guerras contínuas, tributos e ao mesmo tempo encargos militares, o povo instala-se nos montes Sagrado e Aventio e consegue lhe dêem tributos da plebe e outras garantias legais. A Segunda guerra púnica pôs fim às discórdias e pendências entre ambas as partes.”*²⁵

Encontra-se nisto uma parte dos estragos causados pela idolatria do poder que impede a participação do povo no usufruto dos bens e gozar do bem estar supremo que é a paz. Santo Agostinho sabia perfeitamente que a República Romana caíra por falta de domínio das paixões desordenadas e uma delas é o apego ao poder que levou alguns governantes a serem injustos, tiranos, chegando mesmo a oprimir o povo. No dizer de Salústio, que Agostinho concorda e cita acima, foi a busca dos interesses particulares dos senadores e dos dirigentes da República que provocaram as

²⁴ De Civ. Dei X, 19.

²⁵ De Civ. Dei III, 17.

desigualdades sociais e por conseguinte as revoltas populares. Foi também, por certo, esse desejo desenfreado pelo poder e a ânsia de dominar que levou o Império Romano a empreender diversas guerras, responsáveis pelo enfraquecimento paulatino da República Romana²⁶. É contemplando este quadro do Império Romano que na *Cidade de Deus* Santo Agostinho declara o fracasso do governo que coloca seu apoio apenas na matéria e despreza os valores religiosos que também são parte integrante na construção de uma sociedade justa e fraterna. No Império Romano, desde há muito que não existia mais concórdia, pois os direitos da maioria não eram respeitados pelo governo. O Estado que surgira para promover a paz e o bem comum dos cidadãos se desvirtuara da sua missão principal quando se fechou sobre si mesmo e passou a militar apenas visando o desejo de domínio. O autêntico serviço que deveria ser prestado ao povo pelo Estado fora substituído pela exploração que é conseqüência da idolatria do lucro, outro ídolo que o Império Romano adotou e todo estado, seja ele qual for, poderá se deixar arrastar.²⁷ O antídoto que Agostinho apresenta contra essas tendências nocivas do ser humano é o amor a Deus. Dentro de cada homem se realiza uma luta entre o espírito e a carne. Quando o homem adere aos apelos da carne ele se volta para si mesmo e esquece seus semelhantes. Pelo contrário, quando sustentado pela graça se deixa conduzir pelo espírito, volta-se para Deus, recebe Dele a capacidade para amar seus semelhantes e é só dentro desta perspectiva que os homens de governo construirão um verdadeiro Estado. A concepção agostiniana de Sociedade e Estado está toda formulada sobre essa luz do prisma cristão. O Estado existe em função dos cidadãos mas só realizará este objetivo quando seus governantes se abrirem para o Criador, Verdade Absoluta que é Deus. Por si mesmo nenhum modelo de Estado se tornará sólido e eficiente. A total dependência da criatura para com o Criador é imprescindível na realização de qualquer iniciativa sobre a terra. O Estado não está isento desta ótica Agostiniana de total dependência do bem-absoluto que é Deus. O Estado procura os bens relativos dos que compõe a sociedade humana. Contudo, sem firmar-se na verdade por excelência que é Deus não tardará a desabar sobre suas próprias conjecturas meramente humanas. Como o Estado poderá promover a convivência pacífica dos cidadãos se não se decidir pelo Caritas, o amor a Deus que imprimirá nos governantes e nos governados o amor social?

²⁶ De Civ. Dei I, 30.

²⁷ De Civ. Dei 4, 34.

Essa interrogação, extraída das considerações de Santo Agostinho, leva o leitor da *Cidade de Deus* a crer que a raiz de toda confusão no seio da sociedade é a falta de justiça nas relações sociais que é fruto da ausência do Amor a Deus.²⁸ Santo Agostinho enfatiza a necessidade da justiça na concretização do ideal de um Estado segundo os princípios cristãos. Ele mostra que foi o esquecimento desta virtude que ocasionou o desmoronamento do Império Romano e sem ela nenhum Estado subsistirá.

Mesmo conhecendo a natureza humana decaída com inúmeras paixões, Santo Agostinho acredita na construção de um Estado de acordo com o ideal do Criador, pois a felicidade que os homens almejam na terra só poderá ser construída quando Deus for amado sobre todas as coisas.

Somente tendo essa máxima por lema é que todos os cidadãos experimentarão a justiça e a paz no aqui e agora desta vida. As dificuldades existirão sempre, elas fazem parte da peregrinação, contudo jamais o ideal de um Estado solidário e fraterno poderá ser deixado para trás, pois é também o desejo de Deus que seus filhos e filhas gozem um pouco de paz e alegria neste mundo, tão sofrido. Se não fosse assim, Ele não teria colocado no coração do ser humano o desejo profundo da felicidade, pois é notório que todo homem se movimenta na procura deste fim, ainda que só terá plena posse na *pátria celeste*.²⁹

Para Santo Agostinho, o Estado justo e perfeito já pode ser vislumbrado aqui durante a peregrinação terrena, ainda que não seja de modo completo e definitivo, pois o homem foi chamado por Deus para viver uma comunhão com ele de modo mais intenso e esta só atingirá seu cume quando o homem contemplar seu criador face a face, que será a paz final. A luta por construir uma sociedade justa está fundamentada numa esperança escatológica que não aliena, mas impulsiona as atividades do Estado terreno.³⁰ De fato, contemplando a *Cidade Celeste* os governantes encontram fortaleza para edificarem um Estado de acordo com a vontade divina que tem Deus como ponto de partida e de chegada na realização dos empreendimentos humanos.

²⁹ De Civ. Dei XIII, 14.

³⁰ De Civ. Dei XIX, 27.

2.3 A Ética Agostiniana

2.3.1

O Centro da Ética

Santo Agostinho fundamenta seu conceito de ética no Amor a Deus. Para ele, o autêntico amor da criatura pelo Criador se desdobrará no amor a si mesmo e ao próximo.³¹ O pastor de Hipona reconhece o valor da pessoa humana criada à imagem e semelhança de Deus merecedora de admiração e apreço, portadora de uma dignidade incomparável. Segundo o doutor da Graça, o amor é o primado da vida moral, como ele deixa entrever:

“Quanto ao meu conceito de virtude, no que se refere à reta conduta, a virtude é a caridade, com a qual se ama aquilo que deve ser amado.”³²

Em primeiro lugar, aquilo que deve ser amado para Santo Agostinho é o próprio Deus, sumo bem. É dele que se origina todos os amores, entre os quais sobressai o amor ao próximo que deve levar a vivência da máxima sabedoria deixada por Cristo: Não fazer aos outros o que não queremos que seja feito a nós mesmos (Mt 7, 12; Lc 6, 31). Essa recomendação do Divino Mestre é considerada a regra de ouro na convivência social. Este conselho cristão é plenamente recobrado pelo santo pastor tendo sempre como base a lei do Amor a Deus que é o princípio de todo relacionamento entre os homens. A este respeito, convém agora citar o que ele escreve na *Cidade de Deus*:

“E, posto o divino Mestre ensinar dois preceitos principais, a saber, o amor a Deus e o amor ao próximo, nos quais o homem descobre três seres como objeto de seu amor, isto é, Deus, ele mesmo e o próximo, e não pecar, amando-se a si mesmo, quem ama a Deus, é lógico, leve cada qual a amar a Deus, o próximo a quem o mandam amar como a si mesmo.”³³

Esta hierarquia do amor que o doutor de Hipona descreve neste capítulo e da qual Deus ocupa o primeiro lugar é indispensável para que haja concórdia na vida social. É nela que com certeza a ética agostiniana se apóia e encontra seu verdadeiro sentido. Não se conseguirá entender a ética em Santo Agostinho se não é analisado

³¹ De Civ. Dei XIX, 24.

³² Epist. 167, 15.

³³ De Civ. Dei XIX, 14.

este princípio da supremacia de Deus sobre todas as coisas. Para o teólogo hiponense, a ética só tem significado e consistência enquanto ação e comportamento que visa o respeito à lei de Deus que ordena todos os homens a amarem-se como irmãos. Quando as atitudes humanas não são iluminadas por essa mentalidade o homem foge da sua vocação primordial que é o Amor desinteressado pelo próximo. O santo pastor de Hipona se refere a isso quando se dirige ao governador Macedônio nestes termos, falando daqueles que tentam amar de modo diverso do que ele apresenta acima: *Torna-se iníquo e priva-se da luz da justiça.*³⁴ O homem foi criado por Deus, portanto para amar, pois Deus é o amor por essência, mas como ele é mutável, por ser criatura, sujeito às vicissitudes da vida, pode falhar no exercício da virtude desviando-se da reta ordem descrita por Agostinho anteriormente.

Numa certa ocasião, dirigindo-se também ao governador Macedônio, ele apresentava o eixo de sua visão antropológica e da ética:

*“Deus, portanto, é bom de um modo que é só seu, ... porquanto o bem pelo qual Ele é bom é Ele mesmo. O homem, ao invés, é bom enquanto a sua bondade deriva de Deus ... É por virtude do Espírito de Deus que os bons se tornam tais, pois a nossa natureza foi criada capaz de ser participante d’Ele mediante a própria vontade. É se, portanto, bom na medida em que se age bem, isto é, se faz o bem com conhecimento de causa, com amor e com piedade; é-se mau, ao invés, na medida em que se peca, isto é, se afasta da verdade, da caridade e da piedade ... Por isso mesmo, o próprio Senhor aos mesmos que chama bons por causa da participação de graça divina, chama igualmente maus devido aos vícios da fraqueza humana...”*³⁵

Outro aspecto importante da ética agostiniana que deve ser mencionado é o fato de que todas as ações dos homens devem ser realizadas com vista à eternidade onde se encontra a verdadeira felicidade, finalidade última do homem individual e social. O agir humano não pode construir-se sem este direcionamento para a posse da *pátria celeste*, pois o homem para Agostinho é sempre um ser transcendente destinado a uma vida imortal.

Para o santo de Hipona, é necessário um *ordo amoris* que venha a direcionar e conduzir o comportamento do homem para que ele use deste mundo como deve ser usado, sem perder de vista sua vocação para viver em comunhão perfeita com seu Criador. O doutor da graça afirma que todas as coisas devem conduzir a usufruir de

³⁴ Epist. 155, 15.

³⁵ Epist. 153, 12-13.

Deus, pois o mundo criado não tem fim em si mesmo. Ele remete ao invisível onde Deus se encontra numa total concórdia que inundará o homem numa paz imutável: “*Paz dessa felicidade e na felicidade dessa paz consistirá o sumo bem.*”³⁶

Como se vê, trata-se de uma moral iluminada pela fé e sustentada pela esperança num porvir. Essa dignidade moral, à qual o pastor hiponense convida os homens a buscarem, exige sacrifício. Por isso, faz-se necessária a força da oração para que o homem consiga vivenciá-la firmando-se nos recursos divinos da vida sacramental.³⁷

Na *Cidade de Deus*, o teólogo de Hipona apresenta a virtude com o mesmo conceito que ele aprendera dos antigos, com sua definição grega *Arete*, que resulta da *arte de viver bem*; esta temática fora muito discutida pelos sábios gregos. Santo Agostinho faz referência a isto na *Cidade de Deus*. A virtude para ele se divide em quatro espécies: prudência, justiça, fortaleza e temperança. A fé, no seu pensamento, ilumina as quatro dando-lhes consistência divina.³⁸ Dentro deste contexto, o tema da felicidade também se insere, pois o homem só se sentirá feliz na medida em que praticar as virtudes enumeradas acima. A felicidade agostiniana não é abstrata, ela é resultado de uma vida virtuosa; portanto é dom, prêmio de Deus.³⁹

Não se pode entender a ética agostiniana sem considerar o *Summum bonum*, pois sua reflexão em torno dos atos humanos tem sempre como ponto convergente Deus Verdade, Bem-absoluto do ser mutável e peregrino sobre a terra que necessita apoiar-se naquilo que é durável e permanente. Somente no Criador ele encontrará essa âncora de segurança. Para Santo Agostinho, a ética se insere numa ordem à qual o ser humano deve aderir para experimentar o Sumo Bem. Contudo, para que o homem chegue a aquisição desse bem é fundamental que ele se disponha a procurá-lo com o ato voluntário de sua vontade; assim, ele percorrerá o itinerário da similitude trinitária exposta no *De Trinitate* que consiste em *memoria, intellegentia, voluntas*. O santo teólogo, citando o livro Gênesis (1,26) na célebre passagem da Epístola aos Romanos, reconhece e lembra que Deus imprimiu na criação visível traços de sua natureza invisível que podem ser apreciados através da inteligência do homem.⁴⁰ O hiponense exalta na *Cidade de Deus* a figura de Sócrates que, ao contrário de Pitágoras ou de

³⁶ De Civ. Dei, XIX, 27.

³⁷ De Civ. Dei XIX, 26.

³⁸ De Civ. Dei IV, 20.

³⁹ Cf. Ibid., p. 170.

⁴⁰ De Civ. Dei X, 25.

Tales de Mileto que se voltaram para as coisas físicas naturais, voltara-se para a prática dos costumes dando ênfase ao fato de que a virtude consiste em praticar atos bons. É através deles que, segundo o doutor da graça, o homem ascende ao eterno. Na *Cidade de Deus*,⁴¹ Santo Agostinho concorda com a divisão que os filósofos antigos fizeram sobre o estudo da sabedoria que é o seguinte: física, lógica e ética. Essa distribuição dos estudos filosóficos é chamada por outros autores de natural, racional e moral. Santo Agostinho, porém, declara que Deus é o autor de todas elas; chega a concluir com fé, que nada impede que esses filósofos ao fazerem esta repartição das matérias não tenham sido inspirados pela Trindade.

Não se pode, pelo que foi exposto até aqui, captar a ética agostiniana sem compreender o conceito de amor que é sua base. O amor em Agostinho não aparece apenas como uma categoria filosófica; ele surge como uma autodoação do Absoluto que vem ao encontro do ser humano que tem sede de felicidade, razão da sua inquietação perene. Sobre esse anseio do homem peregrino, é útil citar o que Agostinho declara no Tratado sobre a Trindade:

*“Por conseguinte, não haveria bens transitórios se não existisse um bem imutável. Eis porque quando ouves falar: isto ou aquilo é bom, falas de coisas que poderiam não ser boas. E se puderes fazer abstração desses bens, que não são bons senão pela participação no Bem, perceberás o próprio Bem, por cuja participação são bons outros bens. Tu o descobres, quando ouves dizer que isto ou aquilo é bom. Portanto, prescindindo desses bens, se o podes, perceberás o Bem em si mesmo, e então verás a Deus. E se aderires pelo amor, serás feliz no mesmo instante.”*⁴²

Para Santo Agostinho, é essa adesão ao Bem-Absoluto que ele chama de felicidade, sendo que a ética consiste justamente em ajudar o homem a edificar seu agir humano tendo como objetivo experimentar o Sumo Bem que é Deus, autor da Criação.

A ética agostiniana está centrada no Amor.⁴³ Isto está de certa forma contido na *Cidade de Deus* quando Santo Agostinho relata a história dos homens, permeada de acertos e desvios nas suas relações com Deus, consigo e seus semelhantes. Na busca pela vida feliz, os homens tropeçam e caem, porque, constroem seus raciocínios e maneiras de agir apoiados apenas numa base, deficiente e frágil, que é sua vontade

⁴¹ De Civ. Dei XI, 25.

⁴² De Trin. VIII, 3.

⁴³ Cf. DE BONI, L. A., *Idade Média: Ética e política*, p. 41

marcada pelo pecado.⁴⁴ Para o pastor de Hipona, o ser humano não irá experimentar o gozo do Bem-absoluto enquanto não se deixar conduzir pela ética do Amor, que o levará a dominar os instintos do mal, fazendo resplandecer o bem nas ações cotidianas. Somente iluminada pela fé, a ética obtém respaldo para orientar os homens na escolha daquilo que edifica e constrói. A ética agostiniana tem sua origem em Deus, alimenta-se Dele e oferece aos homens subsídios riquíssimos, que podem nortear suas ações, distinguindo o certo e o errado, só sendo isso possível na vida de quem reconhece o Senhorio de Deus.⁴⁵ Mais uma vez, constata-se a idéia chave de toda a *Cidade de Deus* que é a total submissão da criatura ao seu Criador. É sobre este prisma que toda atividade humana deve se desenvolver. Santo Agostinho não se cansa de dizer que a raiz de todos os males é o desvirtuamento do amor que consiste em amar a criatura ou a si mesmo ao invés do Criador.⁴⁶ Não se pode deixar de mencionar que a ética agostiniana foi construída tendo como meta evitar que isso aconteça no desenrolar da vida presente. A ética agostiniana não é intimista, ela nasce de Deus, desdobrando-se nas opções dos homens, ajudando-os a separar o *joio do trigo* enquanto peregrinam nesta vida. Sendo assim, o pensamento do hiponense acerca da ética, leva a crer que o comportamento ético não é apenas algo que diz respeito a sua individualidade. A ética agostiniana tem uma dimensão também social, pois o homem criado por Deus foi chamado para viver em sociedade. Na *Cidade de Deus*, isto está bem nítido, sobretudo quando Santo Agostinho diz que *o homem é um animal racional e social* ou seja, ele tem uma vocação para relacionar-se com seus semelhantes.⁴⁷

2.3.2

Os Princípios

A ética do teólogo de Hipona é também um instrumento que assegura a honradez no relacionamento social entre os cidadãos da *Cidade Terrestre*. Ela garante que todos devem ter uma preocupação uns pelos outros, a fim de que os membros da comunidade humana sem distinção possam usufruir dos bens da criação. Como já foi visto no início deste capítulo a tão almejada tranquilidade da ordem só existirá quando

⁴⁴ De Civ. Dei XV, 21

⁴⁵ Ibid., p. 98

⁴⁶ De Civ. Dei XIV, 28

⁴⁷ De Civ. Dei XIX, 3.

governantes e governados se unirem na busca deste ideal de fraternidade e justiça. A este respeito, convém citar as próprias palavras do pastor de Hipona:

*“Assim, quando se pergunta se o sábio deve levar vida social, tendo por soberano bem, que torna feliz o homem, procurar para o amigo o bem que para si mesmo procura ou se somente deve buscar a felicidade para si mesmo, a questão não é do soberano bem, mas de saber se deve associar-se à participação de tal bem, não por si mesmo, mas pelo companheiro, de tal modo a gozar-lhe do bem como gozo próprio.”*⁴⁸

Assim, vê-se que a ética agostiniana tem princípios que preservam os homens de agirem egoisticamente, visando apenas seus interesses particulares em detrimento de si e da coletividade. De fato, a ética não deve se limitar ao indivíduo para ser considerada uma ética cristã. Ela parte do interior, mas se dirige para o social, permeando todos os campos da atuação humana. O homem se realiza como pessoa quando se abre à dimensão da comunhão e da participação na construção de uma cidade mais justa e solidária. Para isso, os indivíduos precisam se ajudar fraternalmente. Esse ideal torna-se impossível muitas vezes devido à própria fraqueza dos cidadãos que se afastam de Deus, portanto da ética, fazendo opções e tomando atitudes contrárias à ética cristã do Amor.⁴⁹ O doutor de Hipona na *Cidade de Deus*, indica claramente a necessidade do homem se deixar conduzir por Deus para que possa optar pelo bem, agindo pela ética do amor.

*“Embora ninguém possa fazer o bem sem o divino auxílio nem fazer o mal, se o justo juízo de Deus não o permite, os homens, às vezes abertamente e sempre em segredo, quer nesta vida, quer após a morte, sofrem castigo por causa de seus crimes. Pois, diz o Apóstolo, em Deus não cabe injustiça e, em outra parte: Seus juizes são inescrutáveis e seus caminhos incompreensíveis.”*⁵⁰

Santo Agostinho mostra nesta passagem que sem a ajuda de Deus o homem não encontrará sua felicidade aqui na *Cidade Terrestre*, pois ao invés de escolher o bem, a verdade, buscando os interesses dos outros, ele voltará apenas para si mesmo, colocando-se como centro da criação. O amor a Deus, como sendo a base da ética agostiniana, levará também os homens a respeitarem não somente o Criador, mas igualmente zelarem pela preservação da natureza que é obra de Deus.⁵¹ A ética visa o bem do homem, daí porque ela ilumina a consciência humana, a fim de que o meio-

⁴⁸ Ibid., p. 383.

⁴⁹ De Civ. Dei XIV, 24.

⁵⁰ Ibid., p. 426.

⁵¹ De Civ. Dei XX, 15.

ambiente também esteja protegido por princípios éticos que evitem a depredação da criação, ocasionando queda da qualidade de vida sobre a terra e ameaçando a própria existência humana. Os bens materiais sejam de que ordem for, devem ser salvaguardados em benefício da coletividade. O pastor hiponense afirma que todo o mundo criado se originou de Deus.⁵²

Como se percebe, a ética do amor ou ética de Santo Agostinho tem um sentido bem amplo que ultrapassa a subjetividade do indivíduo; lança luzes também sobre o seu agir e relação com seus semelhantes, bem como sobre a natureza. Aliás, a ética cristã faz ver que o homem não é um ser absoluto, senhor soberano da *Cidade Terrestre*; ele foi constituído como administrador dessa criação, devendo cuidar e zelar pela sua proteção, pensando mais uma vez nos outros, visando preservar o bem-estar físico e espiritual de seus semelhantes.

É dentro deste contexto que aplicado o *Uti-Frui*, considerado princípio da moralidade Agostiniana, segundo o qual o ser humano distingue as coisas a serem gozadas das coisas a serem usadas. Cada atitude que o homem tome, tenha ela repercussão imediata na vida social ou não significa sempre uma posição com relação às coisas; ou fruímos ou nos utilizamos delas. Esse pensamento está claro na obra sobre a doutrina cristã, quando o santo pastor de Hipona diz expressamente:

*“Há algumas para serem fruídas, outros para serem utilizadas e outras ainda para os homens fruí-las e utilizá-las. As que são objeto de fruição fazem-nos felizes. As de utilização ajudam-nos a tender à felicidade e servem de apoio para chegarmos às que nos tornam felizes e nos permitem aderir melhor a elas.”*⁵³

Mais uma vez, Santo Agostinho, ao tratar das coisas que o homem adere e até mesmo se afeiçoa, como daquelas que utiliza, afirma que deve ter em vista a eternidade, que é o fim para o qual todo ser humano tende. Assim, ele enuncia explicitamente em que consiste este princípio *Uti-Frui* que deve nortear e orientar as opções humanas:

*“Das coisas temporais devemos usar, não gozar, para merecermos gozar as eternas. Não como os perversos, que querem gozar do dinheiro e usar de Deus, porque não gastam o dinheiro por amor a Deus, mas prestar culto a Deus por causa do dinheiro.”*⁵⁴

⁵² Ibid., p. 387.

⁵³ De Doct. Christ. I, 3.

⁵⁴ De Civ. Dei, XI, 15.

Como se viu até agora na moral agostiniana se encontra uma perfeita separação e distinção entre os bens a serem gozados e bens a serem usados. Manfredo Ramos⁵⁵ diz que esta nítida divisão encontrada em Santo Agostinho tem como causa a distinção que existe entre o Bem ôntico, que se chama Deus, que é evidentemente o Ser Imutável, e os seres mutáveis, que ele classifica de bens éticos-corpos. Segundo Santo Agostinho, para que haja ordem e harmonia no interior do homem e, por conseguinte, na sociedade e na vida moral, o ontológico deve dirigir o ético.

⁵⁵ Cf. RAMOS, F. M. T., *A Idéia de Estado na Doutrina Ético Política De Santo Agostinho*, p. 62.